



ANDRÉ DE CAMPOS SILVA* | CÁTIA TUNA** | RITA MENDONÇA LEITE***

* CEHR-UCP; CH-ULisboa

** CEHR-UCP; FLUL

*** CEHR-UCP; CH-ULisboa

Este dossiê reúne um conjunto de textos decorrentes de algumas das exposições orais que constituíram o *workshop* “Entre o destino e a liberdade: percursos históricos do problema da predestinação”¹, um encontro científico organizado no âmbito do Grupo de Trabalho *Diferenciação Religiosa: Teologias e Sociabilidades* do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) e decorrido nos dias 26, 27 e 28 de março de 2015. Dinamizada em torno de vinte e duas apresentações, distribuídas entre conferências plenárias e painéis, a matriz do *workshop* centrou-se na abordagem poliédrica da temática da «Predestinação». Procurou-se, para esse efeito, que o ponto de observação, tanto no contexto das apresentações como dos textos aqui reunidos, não se restringisse ao campo das ciências sociais, nomeadamente da História e da Antropologia, mas abrangesse também disciplinas que têm tratado desta problemática a partir de um horizonte epistemológico distinto, designadamente a Teologia e a Filosofia. No *workshop* evidenciou-se ainda uma grande amplitude cronológica, abarcando-se períodos históricos desde a Antiguidade pré-clássica até ao século XX, e também geográfica, extravasando-se as habituais fronteiras da civilização dita ocidental. Diversificados foram igualmente os fenómenos religiosos analisados, com estudos sobre as religiões da Antiguidade, Judaísmo bíblico, o Islão, o Cristianismo, as religiões africanas, as correntes afro-brasileiras, o kardecismo brasileiro e as diferentes tradições espirituais que constituem e influenciam cada uma daquelas dinâmicas religiosas.

1 Remetemos para a página do CEHR onde o leitor pode encontrar o programa e as gravações das comunicações: http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1004&lang=1&artigoID=769.

Com efeito, a categoria «Predestinação» e os conteúdos teológicos ou pastorais que em seu torno se geraram no contexto dos debates internos do universo cristão, não encontram forçosamente uma sinonímia noutras religiões. Não obstante, em todas elas está presente como problemática fundamental a percepção partilhada da condição humana enquanto experiência que se articula entre a liberdade individual e os limites circunstanciais da ação humana. O eixo da nossa reflexão centra-se, pois, nos diferentes modos como esta tensão se faz reportar para o divino, construindo, legitimando, e rompendo com antropologias, horizontes do agir e sociabilidades.

O dossiê inicia-se com um texto de José Augusto Ramos, que corresponde à sessão de abertura no *workshop*. Neste artigo, intitulado «Destino, Liberdade e Aporia», o autor aborda a aporia suscitada ao longo da história humana pela dialética entre a liberdade e o destino, e fá-lo a partir da análise da gestão dessa aporia nas culturas da Antiguidade, estabelecendo contrastes com períodos mais recentes da história. Enquanto na Modernidade a liberdade tem sido pensada sobretudo a partir da perspetiva individual, sendo a existência de um criador divino onnipotente e onisciente por vezes considerada um obstáculo a essa liberdade, o autor demonstra como nas culturas antigas a imputação a seres divinos de destinos e predestinações, tanto individuais como coletivos, não só deixava espaço de manobra à autonomia humana como era inclusivamente uma fonte de segurança. O autor também demonstra como as culturas da Antiguidade usavam a dimensão da estética emocional para temperar e integrar a incapacidade de se resolver racionalmente a aporia.

O artigo da autoria de Nuno Simões Rodrigues centra-se na *Ilíada* e na *Odisseia*, onde diferentes noções de destino, expressas sobretudo a partir dos termos *moira* e *aisa*, parecem coexistir. O autor fornece exemplos das aparentes contradições relativas às noções de destino que permeiam os textos, e discute as interpretações mais relevantes que têm sido propostas para explicar essas justaposições. Por fim, e partindo das circunstâncias históricas de composição, transmissão, e receção das duas epopeias, o autor dá a sua própria interpretação acerca do que poderá explicar a coexistência de diferentes ideias de “destino” e acerca do papel que a sua mobilização poderá ter desempenhado.

O texto de Armindo dos Santos Vaz incide sobre um tema nevrálgico na identidade judaica: a eleição. Tendo como fontes os livros do Antigo Testamento, focando a obra histórica deuteronomista e os profetas, o percurso de análise inicia na eleição referenciada ao rei, também ao templo, alargando-se progressivamente ao povo. É da captação da solicitude divina por parte deste sujeito coletivo que emerge a ideia da eleição. Ela é o elemento constituinte do povo bíblico como mediação da eleição divina em relação aos outros povos; exclui-se assim a ideia de um favoritismo

exclusivista. Neste texto, é pois perceptível o processo de subalternização da eleição a um projeto universalista, vinculando-se à realidade da criação (é criado por Deus, logo é eleito), não se identificando, por isso, com a ideia de predestinação.

Tiago Oliveira explora o lugar que a doutrina da predestinação ocupa na teologia de um dos reformadores do século XVI – João Calvino – posicionando-a na subordinação do tema principal do pensamento teológico calvinista: a “glória de Deus”. Distanciando-se de definições historiográfica e teologicamente pouco rigorosas em relação àquilo que é o calvinismo e afastando-se, no mesmo sentido, da sobrevalorização recorrente do tema da predestinação no núcleo do sistema doutrinário calvinista, o autor situa aquele aspeto doutrinário específico como um “conceito subsidiário” no seio da doutrina calvinista sobre Deus, defende que aí coexistem pacificamente a responsabilidade humana e a soberania divina e define finalmente a predestinação como um importante aspeto doutrinal de natureza pastoral naquele contexto.

José Jacinto Ferreira de Farias começa por identificar a constituição do problema da predestinação em Santo Agostinho. Refere o concílio de Orange que vem consagrar a doutrina de Agostinho dizendo que há apenas predestinação para a glória, e cujas definições o Concílio de Trento irá reiterar perante a proposta de Calvino, a qual sustenta a existência de uma dupla predestinação, para a glória e para a condenação. Jacinto de Farias dedica-se bastante à teologia da eleição-predestinação formulada por Karl Barth, um calvinista que irá centralizar cristologicamente a questão e reforçar a condição de espectador do homem perante esse mistério. Entretanto, no texto são apresentadas outras respostas como a de São Tomás de Aquino, que parte do princípio da predileção, ou de Luís de Molina, que introduz o conceito de “ciência média” de Deus. O texto de José Jacinto de Farias permite concluir que a predestinação se define como profissão de fé enquadrada nas doutrinas da graça e da providência que o bispo de Hipona havia consolidado.

Maria Filomena Andrade detém-se sobre o lugar que ocupam, na entrada na Ordem de Santa Clara, as diretrizes e escolhas de cariz social e o chamamento pela graça de Deus, interligando aí as noções de liberdade e de consciência adstritas ao processo de integração daquelas mulheres numa vida de clausura. A autora analisa os contornos, o contexto e o conteúdo daquilo que define como a “vocação clariana”, assinalando o papel da Regra naquele âmbito e apresentando um conjunto diverso de práticas que, nos conventos portugueses dos séculos XIII e XIV, tendem a evidenciar que na resposta daquelas monjas ao chamamento de Deus se consubstanciava um ato de liberdade assumido como vocação.

Paula Almeida Mendes trata da temática da predestinação no âmbito de alguns exemplos da literatura de pendor hagiográfico que nos séculos XVII e XVIII se detiveram sobre as “Vidas” de religiosas portuguesas. Na abordagem que

desenvolvem em torno da biografia e vivência claustral daquelas mulheres, aqueles textos, e a análise da autora, focam-se no equilíbrio operado na conjugação de temas como o da predestinação divina, da submissão e da liberdade, amplamente valorizados num percurso que almejava definir-se por via da afirmação da “perfeição” e “santidade” cristãs. A importância do contexto contrarreformista que envolve aquela produção escrita, do modelo de vida ascética e espiritual que a mesma procura representar e do olhar sobre o feminino que a mesma sintetiza são problemáticas destacadas naquela análise profusamente documentada.

É sobre Henri-Iréné Marrou que o texto de Ricardo Figueiredo incide, sendo um contributo para a clarificação da renovação que este historiador francês introduziu nos estudos patrísticos, na história do cristianismo no vértice entre a Antiguidade e a Medievalidade e na teologia da história. Na sua obra intitulada precisamente *Teologia da História* Marrou aborda a questão da predestinação, surgida a partir da definição de Igreja, destaca a importância do tempo na compreensão teológica da História, e reflete sobre a “teologia da liberdade”, em diálogo permanente com o pensamento de Agostinho de Hipona. Neste estudo, Ricardo Figueiredo oferece uma síntese dos argumentos de Marrou em torno dos temas referidos, que interessam particularmente pela sua dupla natureza histórica e teológica.

João Ferreira Dias discute a problemática da possibilidade de alteração do destino na religião africana Yorùbá e na religião afro-brasileira do Candomblé jeje-nagô. O autor começa por situar historicamente as origens da presente cultura yorùbá e do Candomblé, abordando de seguida a noção de destino, primeiro entre os yorùbás, e seguidamente no Candomblé. O autor demonstra como, ainda que não haja uma unidade religiosa quer entre os Yorùbá quer no Candomblé, o destino tende a ser concebido como algo selado e inalterável, mas que pode ser negociado e cujos aspetos positivos podem ser potenciados.

O dossiê encerra com o artigo “A jornada do espírito no Kardecismo brasileiro: entre o destino e a liberdade”, onde Igor Leite aborda a temática da liberdade humana e das suas condicionantes no Espiritismo Kardecista brasileiro. O autor começa por contextualizar o Espiritismo Kardecista, indicando alguns dos seus princípios basilares. De seguida a discussão centra-se em obras do século XIX da autoria dos franceses Allan Kardec e Léon Denis, responsáveis pela projeção do Kardecismo, e em publicações espíritas brasileiras que incluem duas revistas da década de 1950 e obras de Chico Xavier, que escreveu no século XX e contribuiu para a consolidação do Espiritismo Kardecista no Brasil. A partir destas fontes textuais o autor analisa a relação entre o livre-arbítrio humano e as suas limitações criadas por escolhas feitas em vidas passadas, destacando o papel desempenhado pelos conceitos da reencarnação e da evolução espiritual.